

Povos Indígenas no Brasil

Fonte	Folha de São Paulo	Class.: <u>239</u>
Data	24 de novembro de 1978	Pg.:

Rangel admite que emancipação fica para 79

BRASILIA (Sucursal) — O ministro Rangel Reis, do Interior, disse ontem que não há pressa na regulamentação de alguns dispositivos do Estatuto do Indio, inclusive a certidão emancipação. "Temos recebido novas e importantes contribuições, concretas e objetivas, e estamos prontos a examinar qualquer colaboração válida" — disse o ministro.

Enquanto isso fontes do Ministério do Interior

vaida"— disse o ministro.

Enquanto isso, fontes do Ministério do Interior garantiram que o projeto de emancipação não será levado adiante, pelo menos neste governo, devido à repercussão negativa que recebeu por parte dos meios intelectuais do País. Segundo essas fontes, a presidência da República desaconselhou a aprovação do decreto que regulamentaria alguns artigos do Estatuto do Indio.

Disseram, aínda, as mesmas fontes que um

taria alguns artigos do Estatuto do Indio.

Disseram, ainda, as mesmas fontes, que um grande número de sugestões está chegando diariamente ao Ministério, contendo contribuições ao texto do projeto encaminhado no final do mês passado à presidência da República. Afirmaram que Rangel Reis pretende reunir e encaminhar essas novas sugestões, "que constituem subsídios altamente positivos".

A prioridade da política indigenista voltou a ser, portanto, a demarcação e a delimitação das terras indigenas, cujo prazo, de acordo com o Estatuto do Indio, termina este ano. Também será dada ênfase ao incremento dos projetos de desenvolvimento agropecuário em algumas comunidades, a começar pelos xavantes que vão receber na próxima semana uma verba extra-or-

comunidades, a começar pelos xavantes que vao receber na próxima semana uma verba extra-orçamentária de 5 milhões de cruzeiros.

O deputado federal Israel Dias Novaes (MDB-SP) críticou ontem o projeto do governo, de emancipar as comunidades indígenas. Na sua opinião, "emancipar agora é entregar as comunidades indígenas à tutela do latifundio, da nolícia e dos grandes grupos multinacionais"

munidades indígenas à tutela do latifúndio, da polícia e dos grandes grupos multinacionais".

O deputado afirmou também que "o governo está tentando violentar, com sua própria cultura, à custa da imposição legal por ele mesmo forjada, uma cultura submetida, mas nem por isso inferior sob qualquer aspecto".

O bispo dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (MT), afirmou ontem em Golânia, que "é lamentável, nesta hora em que o governo quer oficialmente acabar com os índios, por meio do decreto de emancipação, quê a nação tenha que engolir, como sobremesa desse banquete fúnebre, uma novela sentimentalóide sobre o grave problema Indígena". O bispo referia-se a novela Aritana, da rede Tupi de Televisão, que está sendo filmada, em parte, no Parque do Xingu.